

Prestação de Serviços**“Trabalho Temporário Especializado na Área da Sensibilização e Educação Ambiental- Projeto Cantanhede Recicla, Projetos Inovadores de Recolha Seletiva ”****Parte I****CLÁUSULAS JURÍDICAS**

CLÁUSULA 1. ^a	Objeto	2
CLÁUSULA 2. ^a	Preço base	2
CLÁUSULA 3. ^a	Contrato	2
CLÁUSULA 4. ^a	Prazo e vigência do contrato	3
CLÁUSULA 5. ^a	Obrigações principais da adjudicatária	3
CLÁUSULA 6. ^a	Forma da prestação de serviços	3
CLÁUSULA 7. ^a	Objeto do dever de sigilo	4
CLÁUSULA 8. ^a	Prazo do dever de sigilo	4
CLÁUSULA 9. ^a	Proteção de dados pessoais	4
CLÁUSULA 10. ^a	Preço contratual	4
CLÁUSULA 11. ^a	Revisão de preços	5
CLÁUSULA 12. ^a	Condições de pagamento	5
CLÁUSULA 13. ^a	Penalidades contratuais	5
CLÁUSULA 14. ^a	Força maior	6
CLÁUSULA 15. ^a	Resolução por parte do contraente público	6
CLÁUSULA 16. ^a	Subcontratação e cessão da posição contratual	7
CLÁUSULA 17. ^a	Comunicações e notificações	7
CLÁUSULA 18. ^a	Regras ambientais e S.S.T	7
CLÁUSULA 19. ^a	Contagem dos prazos	7
CLÁUSULA 20. ^a	Foro competente	8
CLÁUSULA 21. ^a	Legislação aplicável	8

PARTE II**CLÁUSULAS TÉCNICAS**

CLÁUSULA 22. ^a	Prestação de Serviços na Área da Sensibilização e Educação Ambiental	9
---------------------------	--	---

Parte I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM – SA (doravante abreviadamente designada por INOVA, EM) na sequência de procedimento pré-contratual, através de Consulta Prévia, que tem por objeto a prestação de serviços de **“Trabalho Temporário Especializado na Área da Sensibilização e Educação Ambiental- Projeto Cantanhede Recicla, Projetos Inovadores de Recolha Seletiva ”** de acordo com as especificações constantes na parte II do presente Caderno de Encargos, e ainda nas seguintes condições:

- a) Contratação de 1 trabalhador, por um período de 12 meses, através de uma empresa de trabalho temporário, com licenciatura ou mestrado na área de estudo da Engenharia Ambiental e com experiência profissional, em projetos de sensibilização e educação ambiental;
- b) Ordenado Base: 1.000,00 Euros;
- c) Subsídio de Refeição: 4,77 Euros, idêntico ao da função pública.

2. A natureza dos trabalhos enquadra-se no código CPV: 79620000-6, Serviços de fornecimento de pessoal, inclusive temporário.

CLÁUSULA 2.^a

Preço base

O preço base do presente procedimento é de € 22.180,00 euros +IVA.

CLÁUSULA 3.^a

Contrato

- 1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus respetivos anexos.
- 2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e demais alterações, adiante designado por CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.ª**Prazo e vigência do contrato**

O prazo da presente prestação de serviços é de 12 meses seguidos, em data a acordar com a entidade adjudicante, após a outorga do contrato e aceitação do trabalhador.

CLÁUSULA 5.ª**Obrigações principais da adjudicatária**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, decorrem para a adjudicatária as obrigações constantes no presente Caderno de Encargos e nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para a prestadora de serviços as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de seleção e cedência temporária de recursos humanos – 1 colaborador;

b) Garantia de cedência desse ou outro colaborador durante o período contratado.

c) A empresa prestadora de serviços fica obrigada, a providenciar todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, com a eventual substituição dos trabalhadores caso algum desista ou venha a demonstrar não se enquadrar nas tarefas a desenvolver.

2. Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:

a) Pré seleção do candidato;

b) Cedência pelo período contratualizado do colaborador à INOVA.

CLÁUSULA 6.ª**Forma da prestação de serviços**

1. A pré seleção dos candidatos será efetuada pela adjudicatária, sendo a decisão final de admissão efetuada pela entidade adjudicante em função do perfil dos candidatos a apresentar pela adjudicatária.

2. A área de Formação/Sensibilização abrangida pelo colaborador admitido pela INOVA será, toda a área geográfica do Município de Cantanhede.

3. O colaborador escolhido para a realização do trabalho deslocar-se-á em viaturas cedidas pela INOVA.

4. Face ao que antecede, é requisito essencial a habilitação legal de conduzir pelo colaborador escolhido.

5. Eventuais alterações que possam ser solicitadas pela entidade adjudicante serão objeto de análise conjunta tendo em vista a redefinição das condições da proposta/contrato.

CLÁUSULA 7.ª**Objeto do dever de sigilo**

1. A adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 8.ª**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 9.ª**Proteção de dados pessoais**

A adjudicatária e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros.

CLÁUSULA 10.ª**Preço contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar à adjudicatária o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade seja da adjudicatária. Tais custos incluem:
 - a) Salários do colaborador;
 - b) Subsídio de Refeição: 4,77 €uros, idêntico ao da função pública;
 - c) Encargos sociais obrigatórios (incluindo Férias, Subsídios de férias, Subsídio de Natal, Caducidade);

- d) Outros encargos legais (Segurança Social, Seguro de Acidentes de Trabalho);
- e) Margem da adjudicatária.

CLÁUSULA 11.^a
Revisão de preços

Durante a vigência do contrato, não haverá lugar à revisão de preços.

CLÁUSULA 12.^a
Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da (s) cláusula (s) anterior (es), devem ser paga (s) no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do n.º 4 do art.º 299º, do CCP, após a receção por aquela entidade das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou atuar de acordo com normas contabilísticas legalmente aceites.

CLÁUSULA 13.^a
Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir da adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, sendo de até 5% do preço contratual pelo incumprimento do prazo da prestação de serviços objeto do contrato.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento da adjudicatária, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20%.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pela adjudicatária ao abrigo do n.º 1.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da adjudicatária e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 14.ª**Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades à adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da adjudicatária ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela adjudicatária de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da adjudicatária não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 15.ª**Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos;

- b) Pela violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente Caderno de Encargos;
 - c) Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do contrato;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à adjudicatária e não determina a repetição dos fornecimentos já realizados, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

CLÁUSULA 16.ª**Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação pela adjudicatária e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de incumprimento, pela adjudicatária, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a adjudicatária cederá, nos termos do disposto no artigo n.º 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial da classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

CLÁUSULA 17.ª**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o correio eletrónico, domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 18.ª**Regras ambientais e S.S.T.**

1. Os concorrentes obrigam-se a cumprir, em termos de S.S.T. e Normas Ambientais, as regras definidas na INOVA-EM, de acordo com os procedimentos existentes na organização, para além daqueles que legalmente estejam obrigados.
2. Faz-se nota que a entidade adjudicante se encontra certificada, ao abrigo das seguintes normas: Sistema de Gestão Ambiental – NP EN ISO 14001 e Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, OHSAS 18001/NP 4397:2008 e Sistema de Gestão da Qualidade NP EN ISO 9001.

CLÁUSULA 19.ª**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos para efeitos do presente procedimento de formação de contrato contam-se de acordo com o art.º 470º, do CCP, consoante a fase em que o procedimento se encontre.

CLÁUSULA 20.ª**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 21.ª**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II

Cláusulas Técnicas

CLÁUSULA 22.^a**Prestação de Serviços na Área da Sensibilização e Educação Ambiental**

1. O serviço a prestar pelo colaborador admitido será o de **formação/ sensibilização em matérias ambientais em particular na área dos resíduos urbanos**, a levar a efeito porta a porta, em eventos específicos para o efeito, em feiras ou mercados ou outras situações a determinar pela entidade adjudicante.

2. O serviço será prestado em toda a área geográfica do município de Cantanhede, tendo por objeto essencial as seguintes áreas e medidas de atuação:

a) Realizar nos alojamentos familiares, um diagnóstico da caracterização física dos resíduos produzidos e das práticas de prevenção da produção e de correta separação seletiva;

b) Ações de informação e sensibilização junto dos agregados familiares, devendo dar-se especial enfoque, à importância do seu papel na prevenção, separação e deposição dos resíduos;

c) Divulgação das práticas de compostagem doméstica, reutilização de produtos e da tradicional reciclagem, geralmente focada no processo e nos materiais a reciclar, mas também, influenciar o comportamento humano, utilizando os princípios do marketing com o objetivo de obter benefícios sociais e ambientais, focalizando-nos na venda de ideias, atitudes e mudanças de comportamento;

d) Estender as ações de sensibilização a eventos, tipo feiras ou mercados, exposições, ações durante a época balnear, tanto na Praia Fluvial como na Praia da Tocha;

e) Serão também objeto de ações de sensibilização os estabelecimentos de ensino desde o pré-escolar ao secundário;

f) Pretende-se também a abrangência ao setor do comércio, seja ele local ou situado em superfícies comerciais.

3. A formação científica de base dos trabalhadores deverá ser na área ambiental, ao nível de Licenciatura ou Mestrado.

4. A INOVA-EM fornecerá os meios necessários para os trabalhadores se deslocarem.

5. Os trabalhadores deverão ser possuidores de título condução válido para viaturas ligeiras.

6. O horário em concreto a praticar será determinado pela entidade adjudicante face aos locais, eventos e datas em que as ações de sensibilização devam decorrer, sendo que em abstrato o mesmo se contera dentro dos seguintes parâmetros:

a. Período de tempo semanal de 40 horas;

b. Início pelas 09 horas e fim pelas 22 horas;

c. Os períodos de tempo diário de trabalho serão acordados entre a entidade adjudicante e o trabalhador, dentro dos limites legais.

7. O salário base a pagar aos trabalhadores é de 1.000,00€ (mil euros) mensais, acrescido de subsídio de refeição idêntico ao da função pública e que à data estiver em vigor, por cada dia (útil ou não) com mais de quatro horas de trabalho.

8. A prestação de serviço, em caso de aprovação da candidatura, terá um início provável a partir de 1 de julho de 2021.

Cantanhede,

O Técnico,

FRANCISCO DANIEL
DOS SANTOS
HENRIQUES

Assinado de forma digital por
FRANCISCO DANIEL DOS SANTOS
HENRIQUES
Dados: 2021.04.23 17:34:39 +01'00'